

**COMUNICADO**

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balanco Patrimonial - AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES DE CARAGUATATUBA - AME CARAGUATATUBA - SERVIÇO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SECONCI - SP

**Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP  
AME CARAGUATATUBA - Ambulatório Médico de Especialidades Caraguatubá**

CNPJ nº 61.687.356/0034-06

**Demonstrações Financeiras**

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)				Demonstrações de Resultados dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)			
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.836.820	1.537.567	Fornecedores	5	467.572	424.327
Estoques	4	357.575	282.777	Obrigações trabalhistas e tributárias	6	1.090.173	937.366
Adiantamentos		30.086	46.740	Subvenção governamental para custeio	7	99.980	446.680
Despesas antecipadas		17.382	16.697	Subvenção governamental para investimentos	8.1	565.868	75.408
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.241.863</b>	<b>1.883.781</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.223.593</b>	<b>1.883.781</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.241.863</b>	<b>1.883.781</b>	<b>Não circulante</b>			
<b>Ativo compensação</b>				Provisão para contingências	9	18.270	-
Imobilizado	8.2	1.092.980	975.303	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>18.270</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo compensação</b>		<b>1.092.980</b>	<b>975.303</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>2.241.863</b>	<b>1.883.781</b>
<b>Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)</b>				<b>Total do patrimônio líquido</b>			
		<b>2022</b>	<b>2021</b>				
<b>Superávit do exercício</b>		-	-	<b>Patrimônio líquido</b>			
Resultados abrangentes		-	-	Patrimônio social		-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>			
		<b>2022</b>	<b>2021</b>			<b>2.241.863</b>	<b>1.883.781</b>
<b>Superávit do exercício</b>		-	-	<b>Passivo compensação</b>			
Resultados abrangentes		-	-	Subvenção governamental para investimentos aplicados	8.2	1.092.980	975.303
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>Total do passivo compensação</b>		<b>1.092.980</b>	<b>975.303</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

**Relatório Execução Orçamentária - Período 01/01/2022 a 31/12/2022**

**Saldo de caixa em 31/12/2021** Valor R\$ 1.533.566,74

**Demonstrativo dos Repasses Públicos Recebidos**  
Origem dos Recursos: Estadual

Data prevista para o repasse	Valores previstos R\$	Documento de crédito nº	Notas de empenho nº	Data	Valores repassados R\$
07/01/2022	1.818.565,00	2022OB00613	2022NE00012	07/01/2022	1.818.565,00
07/02/2022	1.818.565,00	2022OB10429	2022NE00145	04/02/2022	1.818.565,00
08/03/2022	1.818.565,00	2022OB13795	2022NE00267	04/03/2022	1.818.565,00
07/04/2022	1.818.565,00	2022OB22122	2022NE00267	06/04/2022	1.818.565,00
07/04/2022	38.400,00	2022OB30677	2022NE00469	27/04/2022	38.400,00
06/05/2022	1.818.565,00	2022OB32364	2022NE00267	06/05/2022	1.818.565,00
06/05/2022	38.400,00	2022OB32467	2022NE00469	06/05/2022	38.400,00
06/05/2022	9.650,00	2022OB43832	2022NE00567	06/06/2022	9.650,00
07/06/2022	1.818.565,00	2022OB43923	2022NE00267	06/06/2022	1.818.565,00
07/06/2022	38.400,00	2022OB43879	2022NE00469	06/06/2022	38.400,00
07/06/2022	9.650,00	2022OB43832	2022NE00567	06/06/2022	9.650,00
07/07/2022	1.818.565,00	2022OB57420	2022NE00267	06/07/2022	1.809.855,00
07/07/2022	38.400,00	2022OB57333	2022NE00469	06/07/2022	38.400,00
07/07/2022	9.650,00	2022OB57368	2022NE00567	06/07/2022	9.650,00
07/07/2022	91.560,00	2022OB63695	2022NE00701	18/07/2022	91.560,00
05/08/2022	1.818.565,00	2022OB69482	2022NE00267	05/08/2022	1.818.565,00
05/08/2022	38.400,00	2022OB69360	2022NE00469	05/08/2022	38.400,00
05/08/2022	9.650,00	2022OB69395	2022NE00567	05/08/2022	9.650,00
08/09/2022	1.818.565,00	2022OB81906	2022NE00267	06/09/2022	1.818.565,00
08/09/2022	38.400,00	2022OB81816	2022NE00469	06/09/2022	38.400,00
08/09/2022	9.650,00	2022OB81853	2022NE00567	06/09/2022	9.650,00
07/10/2022	1.818.565,00	2022OB94366	2022NE00267	06/10/2022	1.818.565,00
07/10/2022	9.650,00	2022OB94315	2022NE00567	06/10/2022	9.650,00
08/11/2022	1.818.565,00	2022OBA7710	2022NE00267	07/11/2022	1.818.565,00
08/11/2022	9.650,00	2022OBA7710	2022NE00567	07/11/2022	9.650,00
07/12/2022	1.818.565,00	2022OBC2609	2022NE00267	06/12/2022	1.818.565,00
07/12/2022	9.650,00	2022OBC2563	2022NE00567	06/12/2022	9.650,00
07/12/2022	214.156,06	2022OBC2502	2022NE01010	06/12/2022	214.156,06
07/12/2022	311.090,00	2022OBD2152	2022NE01093	26/12/2022	311.090,00
<b>Subtotal</b>					<b>22.738.476,06</b>
Receitas com aplicações financeiras dos repasses públicos					350.184,44
Outras receitas					3.348,75
Recursos próprios aplicados pela organização social					-
<b>Total das receitas</b>					<b>23.092.009,25</b>
<b>Total das despesas no exercício 2022</b>					<b>22.788.756,07</b>
Recurso público não aplicado					1.836.819,92
Valor devolvido ao contratante					-
<b>Valor autorizado para aplicação no exercício seguinte</b>					<b>1.836.819,92</b>

**Relatório Execução Técnica - Contratado x Realizado - Período 01/01/2022 a 31/12/2022**

	1º semestre		2º semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
<b>Cirurgias Ambulatoriais Maiores (CMA)</b>				
<b>Contratado/Realizado</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>
Cirurgias Ambulatoriais CMA	2.520	2.512	2.520	2.709
<b>Total</b>	<b>2.520</b>	<b>2.512</b>	<b>2.520</b>	<b>2.709</b>
<b>Cirurgias Ambulatoriais Menores (cma)</b>				
<b>Contratado/Realizado</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>
Cirurgias Ambulatoriais cma	1.620	1.567	1.620	1.740
<b>Total</b>	<b>1.620</b>	<b>1.567</b>	<b>1.620</b>	<b>1.740</b>
<b>Consultas Médicas</b>				
<b>Contratado/Realizado</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>
Primeiras Consultas Rede	18.318	14.176	18.318	15.020
Interconsultas	4.800	7.547	4.800	6.739
Consultas Subsequentes	33.882	31.988	33.882	30.829
<b>Total</b>	<b>57.000</b>	<b>53.711</b>	<b>57.000</b>	<b>52.588</b>
<b>Consultas Não Médicas</b>				
<b>Contratado/Realizado</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>
Consultas Não Médicas	11.700	13.651	11.700	11.004
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	1.080	811	1.080	946
<b>Total Consultas Não Médicas</b>	<b>12.780</b>	<b>14.462</b>	<b>12.780</b>	<b>11.950</b>
<b>SADT Externo</b>				
<b>Contratado/Realizado</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>
Diagnóstico por Ultrassonografia	1.320	1.395	1.320	1.453
Diagnóstico por Endoscopia	1.080	993	1.080	1.010
Métodos Diagnósticos em Especialidades	2.520	2.484	2.520	3.018
<b>Total</b>	<b>4.920</b>	<b>4.872</b>	<b>4.920</b>	<b>5.481</b>
<b>Corujão da Saúde - Exames de Alta Suspeição - Oncologia</b>				
<b>Contratado/Realizado</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>
Colonoscopia	-	133	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>133</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Corujão da Saúde - Oftalmologia</b>				
<b>Contratado/Realizado</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>
<b>Exames em Oftalmologia</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>
Biometria Ultrassônica (Monocular)	-	106	-	-
Mapeamento de Retina	-	47	-	-
Retinografia Colorida Binocular	-	58	-	-
US de Globo Ocular/Órbita (Monocular)	-	83	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>294</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Cirurgias Oftalmológicas</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>
Capsulotomia a Yag Laser	-	7	-	-
Tratamento Cirúrgico de Pterígio	60	49	120	71
Facoemulsificador com Implante de Lente Intra-Ocular Dobrável	90	96	180	86
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>152</b>	<b>300</b>	<b>157</b>
<b>Projeto Especial "Corujão da Saúde" - Cirurgias Eletivas</b>				
<b>Contratado/Realizado</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>
Tratamento Cirúrgico de Varizes	20	27	60	53
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>27</b>	<b>60</b>	<b>53</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 (Em Reais)**

**1. Contexto operacional:** O Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP ("Entidade"), fundado em 20 de março de 1964, é pessoa jurídica de direito privado, constituído sob a forma de associação, filantrópica e sem finalidade de lucros, destinado a prestar assistência social, promoção e prevenção à saúde, educação e demais atividades afins à população. Foi declarado de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 63.204 de 03 de setembro de 1968, Lei Estadual nº 22 de 25 de setembro de 1972 e Decreto nº 9.526 de 18 de junho de 1971, alterado pelo Decreto nº 49.794, de 21 de julho de 2008. É portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS - conforme Portaria nº 714, de 03 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 05 de outubro de 2022, parecer técnico nº 348/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.182019/2020-48, que defere a renovação do certificado com validade pelo período de 1º

Demonstrações de Resultados dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)			
	Nota	2022	2021
<b>Receitas operacionais</b>			
Receitas de serviços prestados	10	22.468.369	19.855.187
<b>Custos de serviços prestados</b>	11	<b>(18.658.160)</b>	<b>(16.405.907)</b>
<b>Resultado bruto</b>		<b>3.810.209</b>	<b>3.449.280</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Administrativas e gerais	11	(4.168.072)	(3.598.853)
Demais despesas operacionais	11	(26.341)	(5.729)
		<b>(4.194.413)</b>	<b>(3.604.582)</b>
<b>(Déficit) operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(384.204)</b>	<b>(155.302)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>			
Receitas financeiras	12	389.879	159.531
Despesas financeiras	12	(5.675)	(4.229)
		<b>384.204</b>	<b>155.302</b>
<b>Superávit do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)**

	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 01/01/2021</b>	-	-	-
Incorporação do superávit do exercício	-	-	-
Superávit do exercício	-	-	-
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	-	-	-
Incorporação do superávit do exercício	-	-	-
Superávit do exercício	-	-	-
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)**

	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>		
Superávit do exercício	-	-
Provisão para contingências	26.829	5.938
<b>(Aumento) Redução nos ativos em</b>		
Estoques	(74.798)	(10.143)
Adiantamentos	16.653	(5.703)
Despesas antecipadas	(685)	504
<b>Aumento (Redução) nos passivos em</b>		
Fornecedores	43.245	(12.576)
Obrigações trabalhistas e tributárias	152.808	118.509
Subvenção governamental para custeio	(346.700)	(693.602)
Contingências pagas	(8.559)	(5.938)
<b>Fluxo de caixa proveniente utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>(191.207)</b>	<b>(603.011)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento:</b>		
Subvenção governamental para investimentos	490.460	75.408
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente nas atividades de investimento</b>	<b>490.460</b>	<b>75.408</b>
<b>Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>299.253</b>	<b>(527.603)</b>
<b>Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	1.537.567	2.065.170
No final do exercício	<b>1.836.820</b>	<b>1.537.567</b>
	<b>299.253</b>	<b>(527.603)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Relatório de Execução - Período 01/01/2022 a 31/12/2022**

Nº de leitos (média/mês)	160
Nº de leitos de hospital-dia	8
Taxa de ocupação (média/mês)	100,0%
Permanência média (1)	1
Nº de saídas hospital-dia	8.528
Nº de consultas ambulatoriais (médicas e não/médicas)	132.951
<b>Nº de exames realizados</b>	
Endoscopia (EDA + colonoscopia)	2.003
Traçados gráficos (métodos diagnósticos)	5.502
Ultrassonografia	2.848

continuação

## Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP AME CARAGUATATUBA - Ambulatório Médico de Especialidades Caraguatubá

CNPJ nº 61.687.356/0034-06

### Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 (Em Reais)

to. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo de até 90 dias, visando a continuidade normal das atividades da Entidade. **b. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo valor de custo de aquisição e estão relacionados, principalmente, a medicamentos e insumos ambulatoriais para serem utilizados junto aos pacientes atendidos nos ambulatórios. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração - Imobilizado:** Os elementos do ativo imobilizado são reconhecidos ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos. Os bens adquiridos para as unidades públicas administradas pela Entidade no âmbito do contrato de gestão, por se tratarem de bens do Estado de São Paulo são controlados em contas de compensação, da mesma forma que a subvenção para investimentos aplicados. Os ativos imobilizados utilizados nas operações do ambulatório, são bens patrimoniais públicos que estão sob a responsabilidade da Entidade, durante a vigência do Contrato de Gestão são destinados a operacionalização das atividades de serviços de saúde. Visando a formalização da cessão dos bens móveis, anualmente são emitidos os termos de permissão de uso, que visam a incorporação dos mesmos a Administração Pública. **d. Obrigações trabalhistas e tributárias:** Representam os valores de tributos e contribuições devidos pela Entidade. O referido grupo contempla também as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos. **e. Subvenções governamentais:** Quando destinados ao custeio, os recursos são creditados no grupo de conta "Receitas com Contratos de Gestão" no resultado do exercício, para fazer face às despesas incorridas. As subvenções para investimentos são reconhecidas como subvenção a aplicar no passivo circulante, sendo reconhecida como recurso de subvenção aplicada no momento das aquisições dos ativos, as quais são controladas em contas de compensações. **f. Outros ativos e passivos (circulante e não circulante):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **g. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h. Receita operacional: (i) Receita com contrato de gestão e operacionalização de serviços:** A Entidade, qualificada como Organização Social de Saúde, através de Contratos de Gestão, celebra parcerias de gestão de serviço de saúde no âmbito do Estado de São Paulo. A legislação estadual regulamentou as parcerias com entidades filantrópicas, que passaram a ser qualificadas como Organizações Sociais de Saúde (OSS) e que, em decorrência dessa qualificação, adquiriram o direito de celebrar Contrato de Gestão de Serviços com a Secretaria de Saúde. Visando o gerenciamento de ambulatórios, as legislações determinaram ainda que estes equipamentos gerenciados pelas OSS atendam exclusivamente aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). A remuneração dos contratos de gestão são definidas de acordo com suas características de atendimento, orçamento de custeio pré-fixado, baseados em um sistema de custos referente à produção de procedimentos das principais áreas de atuação do equipamento e em indicadores de organização do serviço, ou seja, conforme preconizado na contratualização de serviços no SUS, sendo estabelecidas metas quantitativas (internações e atendimentos ambulatoriais) e metas qualitativas para o acolhimento do usuário SUS, humanização, entre outras. Ao final de cada exercício, é celebrado termos de retificação ao contrato de gestão vigente, em que valor do recurso financeiro (receita) é definido conforme as metas propostas em relação às atividades. **i. Receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. **j. Apuração do resultado:** As receitas decorrentes de subvenções do contrato de gestão, custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas, respeitando-se o princípio da competência. As subvenções decorrentes do contrato de gestão são reconhecidas conforme os valores previstos nos contratos celebrados com o poder público. **k. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber do Estado são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber do Estado sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR ("Valor Justo por meio do Resultado"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber do Estado sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Entidade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços. **(iii) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados na categoria de outros passivos financeiros. Estes, por sua vez, são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores. **(iv) Desreconhecimento:** A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirar. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modifica-

dos e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(v) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(vi) Instrumentos financeiros derivativos:** A Entidade não possuía em 31 de dezembro de 2022 e 2021 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de *hedge*. **(vii) Redução ao valor recuperável (*impairment*):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Entidade não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco com taxa de câmbio; • Risco de liquidez; e • Risco de taxa de juros. A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 13 - Instrumentos financeiros. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2022	2021
Caixa fundo fixo	-	4.000
Bancos conta movimento	6.056	15.904
Aplicações financeiras	1.830.764	1.517.663
<b>Total</b>	<b>1.836.820</b>	<b>1.537.567</b>

As aplicações financeiras estão representadas por aplicações de renda fixa em bancos de primeira linha, e buscam rendimentos próximos ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2022 o rendimento aproximado foi 101% do CDI, (que eram entre 95% e 98% do CDI em 2021), e podem ser resgatados a qualquer momento sem perda de sua rentabilidade. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo (de até 90 dias), visando a continuidade normal das atividades da Entidade.

Descrição	2022	2021
CDI e aplicações compromissadas	1.830.764	1.517.663

O saldo apurado ao final de cada exercício, conforme determinado no contrato de gestão, poderá permanecer como disponibilidade, que deverá aplicar o montante na execução do objeto contratual no exercício subsequente. Os recursos repassados são aplicados no mercado financeiro, e o resultado desta aplicação são revertidos exclusivamente aos objetivos do contrato de gestão (recursos com restrição).

**4. Estoques:** O estoque é representado principalmente por medicamentos e insumos ambulatoriais. A Entidade não constitui provisão para obsolescência de seus estoques. Sobre o estoque de medicamentos, principalmente, este possui giro médio de até 30 dias, por serem de unidade que possuem alta demanda.

Descrição	2022	2021
Estoque de medicamento e insumos hospitalares	357.575	282.777
<b>Total</b>	<b>357.575</b>	<b>282.777</b>

**5. Fornecedores:** Representado principalmente por valores a pagar relacionados à compra de insumos ambulatoriais, medicamentos e prestação de serviços assistenciais e administrativos.

Descrição	2022	2021
Fornecedores	467.572	424.327
<b>Total</b>	<b>467.572</b>	<b>424.327</b>

### 6. Obrigações trabalhistas e tributárias

Descrição	2022	2021
<b>Obrigações trabalhistas</b>		
Provisões para férias e encargos FGTS a recolher	715.614	629.256
INSS retido na fonte a recolher	63.668	60.758
Salários a pagar	48.038	36.303
	163.323	124.242
<b>Total</b>	<b>990.643</b>	<b>850.559</b>

Descrição	2022	2021
<b>Obrigações tributárias</b>		
IRRF retido na fonte	68.463	55.426
PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte	30.926	31.345
ISS a recolher	141	36
<b>Total</b>	<b>99.530</b>	<b>86.807</b>

**Total das obrigações trabalhistas e tributárias**

Descrição	2022	2021
<b>Total</b>	<b>1.090.173</b>	<b>937.366</b>

**7. Subvenção governamental para custeio:** Representados pelos recebimentos de subvenções para custeio das Secretarias e que serão utilizadas nas operações das unidades no exercício seguinte. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos são demonstrados assim:

Descrição	2022	2021
AME Caraguatubá	99.980	446.680
<b>Total custeio aplicar</b>	<b>99.980</b>	<b>446.680</b>

**8. Subvenção governamental para investimento: 8.1. Subvenção governamental a aplicar em investimentos:** A título de investimento em obras ou equipamentos, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo por meio do contrato de gestão com a Entidade, realizaram subvenções para investimentos empregados na aquisição de ativos imobilizados, intangível, reformas prediais e de estrutura para atendimento. As subvenções governamentais a aplicar são controladas em contas do passivo e no momento que são aplicadas, são controladas em contas de compensações.

Descrição	2022	2021
AME Caraguatubá	565.868	75.408
<b>Total</b>	<b>565.868</b>	<b>75.408</b>

**8.2. Subvenção governamental aplicadas em investimentos:** Em atendimento ao Contrato de Gestão firmado entre a Entidade e a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, estabelece que a Entidade deve usufruir apenas do direito de uso dos bens, sendo a propriedade, escrituração contábil de custos e depreciação está a cargo da Secretaria do Estado de Saúde de São Paulo. Os itens do ativo imobilizado do contrato de gestão são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos. A Entidade faz o controle patrimonial em conta de compensação, sem prejuízo das informações econômicas, segue demonstração:

	Imobilizado 2022	Imobilizado 2021
AME Caraguatubá	1.092.980	975.303
<b>Total</b>	<b>1.092.980</b>	<b>975.303</b>

**9. Investimento para contingências trabalhistas:** Durante o curso normal de seus negócios, a Entidade fica exposta a contingências e riscos, que incluem processos judiciais de natureza trabalhista, em discussão. As provisões para contingências trabalhistas caracterizam-se por processos movidos pelos ex-colaboradores, nos quais reclamam horas extras, produ-

tividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Entidade possuía registrados os valores para cobrir riscos às eventuais demandas judiciais.

	2022	2021
Trabalhistas	18.270	-
<b>Total</b>	<b>18.270</b>	<b>-</b>

**9.1. Movimentação das contingências e depósitos judiciais:** Abaixo as movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 das contas contábeis relacionadas a provisões para contingências:

Provisões das contingências	Trabalhistas	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	-	-
Reversão de provisão	-	-
Contingências pagas	(5.938)	(5.938)
Complemento de provisão	5.938	5.938
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	-	-
Reversão de provisão	-	-
Contingências pagas	(8.560)	(8.560)
Complemento de provisão	26.830	26.830
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>18.270</b>	<b>18.270</b>

Seguem as movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 das contas contábeis relacionada a depósitos judiciais:

Depósitos judiciais	Trabalhistas	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	-	-
(+) Adições	-	-
(-) Reversão	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	-	-
(+) Adições	488	488
(-) Reversão	(488)	(488)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	-	-

A Entidade possui processos trabalhistas e cíveis em discussão, classificados por seus assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, cujo montante é de aproximadamente, R\$ 1.345.499 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.110.429 em 2021), os quais não foram constituídos provisões por entender que há um risco reduzido de perdas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 10. Receitas operacionais líquidas

	2022	2021
Contrato de gestão - OSS	22.468.369	19.855.187
<b>Total</b>	<b>22.468.369</b>	<b>19.855.187</b>

**Contrato de gestão - OSS:** A Entidade celebrou contrato de Gestão e Operacionalização de serviço com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, para administrar a gestão de saúde das Organizações Sociais de Saúde (OSS). Este contrato estabelece prazo de vigência determinado, o orçamento oriundo do gerenciamento de ambulatórios de saúde, aplicadas integralmente nos objetos dos instrumentos celebrados com o Estado.

### 11. Custos de serviços prestados e despesas operacionais

	2022	2021
Pessoal, benefícios e encargos	(9.013.747)	(7.797.016)
Serviços de terceiros	(10.555.386)	(9.501.875)
Materiais e medicamentos	(2.338.489)	(1.900.107)
Administrativas e gerais	(918.610)	(805.553)
Demais despesas operacionais	(26.341)	(5.938)
<b>Total</b>	<b>(22.852.573)</b>	<b>(20.010.489)</b>

**Classificados como:**

Custos de serviços prestados e despesas operacionais	2022	2021
Administrativas e gerais	(4.168.072)	(3.598.853)
Demais despesas operacionais	(26.341)	(5.729)
<b>Total</b>	<b>(4.194.413)</b>	<b>(3.604.582)</b>

**12. Resultado financeiro líquido:** Os encargos financeiros e as variações monetárias apropriadas ao resultado estão demonstrados como segue:

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos aplicações	389.879	159.531
<b>Total</b>	<b>389.879</b>	<b>159.531</b>

**Despesas financeiras**

	2022	2021
Despesas financeiras	(5.675)	(4.229)
<b>Total</b>	<b>(5.675)</b>	<b>(4.229)</b>

**Total receita financeira líquida**

	2022	2021
<b>Total</b>	<b>384.204</b>	<b>155.302</b>

**13. Instrumentos financeiros:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos abaixo, os objetivos da Entidade, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Entidade. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

**a. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso o Estado ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e outros créditos. **Exposição a risco de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.836.820	1.537.567
<b>Total</b>		<b>1.836.820</b>	<b>1.537.567</b>

**Caixa e equivalentes** - A política de gestão de risco corporativo determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Entidade. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. **b. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é aquele em que a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o máximo possível que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, bem como os ativos financeiros que são utilizados para gerenciar este risco.

	Nota	Valor contábil	Até 1 ano
Fornecedores	5	467.572	467.572

	Nota	Valor contábil	Até 1 ano
Fornecedores	5	424.327	424.327

**c. Risco de mercado e taxa de juros:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **d. Política de gestão de capital:** A Entidade possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **e. Hierarquia do valor justo:** A Entidade classifica seus ativos financeiros em: i) custo amortizado e ii) valor justo por meio do resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de

Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP AME CARAGUATATUBA - Ambulatório Médico de Especialidades Caraguatubá			
CNPJ nº 61.687.356/0034-06			
<p><b>Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 (Em Reais)</b></p> <p>caixa contratuais. O resumo da classificação é como segue: <b>Hierarquia de valor justo:</b> A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:</p>			
<b>Ativos</b>	<b>Classificação</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	1.836.820	1.537.567
<b>Total ativo</b>		<b>1.836.820</b>	<b>1.537.567</b>
<b>Passivos</b>	<b>Classificação</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Fornecedores	Custo amortizado	(467.572)	(424.327)
<b>Instrumentos financeiros líquidos</b>		<b>1.369.248</b>	<b>1.113.240</b>
<p><b>14. Tributos e contribuições (renúncia fiscal):</b> Em atendimento ao item 27, letra "c" da Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021: • IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica; • CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; • COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; • INSS - Contribuição Previdenciária Cota Patronal; • PIS - Programa de Integração Social (sobre folha de pagamento); e • ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. <b>14.1. IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido):</b> Em virtude de ser uma entidade filantrópica e sem fins lucrativos, esta goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o artigo 181 do Decreto nº 9.580 de 22 de novembro de 2018 e artigo nº 150, inciso VI, alínea C, da Constituição Federal de 1988 e Lei nº 5.172/66 Código Nacional Tributário - CTN artigos 9º e 14º. <b>14.2. COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social:</b> A Medida Provisória nº 2.158 de 24 de agosto de 2001, em seu artigo nº 14, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias a que se refere o artigo nº 12 da Lei nº 9.532 de 1997; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições, doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou recursos recebidos de terceiros, destinados ao custeio e manutenção da Entidade e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional, estando, no seu entendimento, sujeito à COFINS as receitas que não apresentam essas características. A administração da Entidade entende que todas as suas</p>			
<p>receitas, incluindo as outras receitas operacionais e as receitas financeiras, decorrem de suas atividades próprias e, portanto, não estão sujeitas à referida contribuição. <b>14.3. ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:</b> A Entidade possui unidades de operação em diversos municípios do Estado de São Paulo. Para cada unidade, a Entidade ingressa com solicitação de imunidade junto a Prefeitura local, que pode ser concedida por prazo indeterminado ou determinado. A Entidade, baseado na opinião de seus consultores jurídicos internos e em sua experiência anterior em processos semelhantes, não efetuou nenhum tipo de provisão de ISSQN em função de não esperar nenhum tipo de perda na resolução desses processos de solicitação de imunidade. <b>14.4. INSS - Contribuição Previdenciária - Imunidade das contribuições sociais:</b> A Entidade é imune de Contribuições para a Seguridade Social com base nos artigos nº 150, VI, C e 195, da Constituição Federal de 1988 e os artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 187, de 17/12/2021, que revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. <b>15. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS:</b> Em 27 de novembro de 2009, entrou em vigor a Lei nº 12.101/09, que altera a Lei nº 8.742/93, revoga dispositivos das Leis nº 8.212/91, 9.429/96, 9.732/98, 10.684/03 e medida provisória nº 2.187-13 de 24 de agosto de 2001; e que por fim foi revogado pela Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. As alterações promovidas visam, principalmente, o processo e regulamentação da certificação das entidades beneficentes e a imunidade de contribuições para a seguridade social concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de saúde, assistência social e educação. Com o advento da nova legislação, os processos da entidade foram direcionados para o Ministério da Saúde. Considerando a competência prevista no artigo 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e considerando o Parecer Técnico nº 348/2022-CGCR/DCEBS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.182019/2020-48, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Artigo 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% do serviço do SECONCI-SP com sede em São Paulo. A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS perante o Ministério da Saúde, cujo último deferimento ocorreu conforme portaria nº 714, de 03/10/2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 05/10/2022, a renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023. A Entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei, chamada "Lei da Filantropia", e às demais regulamentações vigentes, e a obrigatoriedade de apresentar tempestivamente, o relatório de atividades e os documentos exigidos pelo Ministério da Saúde. <b>16. Avas, fianças e garantias:</b> A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. <b>17. Seguros (não auditado):</b> A Entidade mantém, em 31 de dezembro de 2022, os seguintes contratos de seguros a valores considerados compatíveis, pela Administração, com os riscos envolvidos: • <b>Multirrisco:</b> Cobertura dos prédios, maquinário, equipamentos, móveis e utensílios e estoques contra: roubo e furto qualificado, quedas de raio, danos elétricos, incêndio, explosão, vendaval, granizo, impacto de veículo, desmoronamento total ou parcial, responsabilidade civil operações, perda de aluguel, vazamento de tanques e tubulações, equipamentos estacionários e arrendados e lucros cessantes; • <b>Responsabilidade Civil Profissional:</b> Danos materiais e morais nos hospitais e ambulatórios, através dos seus médicos, dentistas, enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem e demais empregados no exercício da sua profissão estendendo aos serviços terceirizados; • <b>Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores:</b> Responsabilidade civil de administradores e diretores, extensão automática para cobertura de novas subsidiárias, adquiridas ou constituídas durante a vigência da apólice, gerenciamento de crises, despesas de publicidade a danos a reputação, reclamações resultantes de erros e omissões na prestação de serviços profissionais da Entidade, danos ambientais, reclamações feitas pelo governo e demais órgãos regulamentadores, questões tributárias; e • <b>Responsabilidade Civil Geral:</b> tem por objetivo garantir o pagamento de indenizações ao segurado ou diretamente a terceiros, das quantias pelas quais o segurado vier a ser responsável civilmente em ação de responsabilidade contra a entidade.</p>			
<p><b>Diretoria</b>  <b>Maristela Alves Lima Honda</b>                      Conselheira Presidente</p>			
<p><b>Paulo Roberto Simon Carrion - Contador CRC 1SP 155005/O-4</b></p>			

